

Formulário de Resposta aos recursos - CES S01 AUDITOR FISCAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 26 TIPO 2: 38	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é I, II e III. O IPTU é de competência municipal, previsto no art. 156, I, da Constituição Federal, e é classificado como imposto direto por incidir diretamente sobre o patrimônio do contribuinte (I). O ICMS é de competência estadual, previsto no art. 155, II, da CF, e é considerado imposto indireto porque seu ônus econômico costuma ser repassado ao consumidor final (II). A Constituição, no art. 156, §1º, autoriza o município a aplicar alíquota progressiva do IPTU com base no princípio da capacidade contributiva, especialmente para assegurar a função social da propriedade (III).</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 27 TIPO 2: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve situação de externalidade negativa (poluição sonora causada por bares noturnos) e solicita ao candidato que identifique um mecanismo de mercado capaz de internalizar o custo social dessa atividade.</p> <p>O gabarito preliminar indicou a alternativa D – criação de “sistema de licenças negociáveis de emissão de ruído”.</p> <p>Contudo, à luz da teoria e prática de políticas públicas, a alternativa B – cobrança de taxa pigouviana proporcional ao nível de ruído – é mecanismo de mercado clássico previsto na teoria econômica de Arthur Pigou e amplamente aplicado na regulação ambiental e urbana para internalizar</p>	DEFERIDO	ANULADA

	<p>externalidades negativas.</p> <p>A alternativa D – licenças negociáveis – também é reconhecida na teoria econômica como mecanismo de mercado (modelo cap-and-trade). Embora seja mais comum em emissões de gases e poluição difusa, nada impede seu enquadramento teórico como instrumento para controle de ruído.</p> <p>Dessa forma, ambas satisfazem plenamente o comando da questão (“mecanismo de mercado para internalizar o custo social”), configurando gabarito duplo e violando o princípio da objetividade das provas objetivas, previsto no art. 37, caput, da CF/88.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E QUESTÃO ANULADA.</p>		
<p>TIPO 1: 29</p> <p>TIPO 2: 26</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A alternativa correta é “Anterioridade nonagesimal, irretroatividade, vedação ao confisco, capacidade contributiva e progressividade”.</p> <p>Na situação I, há violação ao princípio da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, “c”, da CF), pois a cobrança foi instituída e começou a ser exigida antes de transcorridos 90 dias da publicação da lei. Na situação II, há afronta ao princípio da irretroatividade tributária (art. 150, III, “a”, da CF), já que a lei determinou a incidência retroativa do tributo a período anterior à sua criação. Na situação III, a alíquota de 60% sobre propriedades de baixo valor, que esgota a renda disponível, caracteriza efeito confiscatório vedado pelo art. 150, IV, da CF. Já na situação IV, a variação de alíquotas conforme o valor venal dos imóveis concretiza os princípios da capacidade contributiva e da progressividade, previstos no art. 145, §1º, e art. 156, §1º, da CF, pois busca ajustar a carga tributária à aptidão</p>		
--	--	--	--

	<p>econômica do contribuinte.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 31</p> <p>TIPO 2: 48</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é improbidade administrativa, pois a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, tipifica como ato de improbidade a contratação direta ilícita, sem licitação, quando não observados os requisitos legais, especialmente em casos de favorecimento a empresas de familiares, o que afronta os princípios da Administração Pública, como a impessoalidade e a moralidade. Esse tipo de conduta pode se enquadrar no art. 11 da LIA (atos contra os princípios da Administração) e, conforme o caso, também no art. 10 (se houver dano ao erário), desde que demonstrado dolo específico.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 32 TIPO 2: 27	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Primeira faixa: até R\$ 300.000,00 → alíquota de 4% 4% de R\$ 300.000,00 = R\$ 12.000,00</p> <p>Segunda faixa: excedente de R\$ 300.000,00 até R\$ 500.000,00 → diferença = R\$ 200.000,00 → alíquota de 6% 6% de R\$ 200.000,00 = R\$ 12.000,00</p> <p>Total do imposto: R\$ 12.000,00 + R\$ 12.000,00 = R\$ 24.000,00</p> <p>Portanto, o imposto devido é R\$ 24.000,00</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>TIPO 1: 35 TIPO 2: 30</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “Ao financiar o transporte gratuito com IPTU progressivo, o município internaliza externalidades positivas, melhora a eficiência alocativa e respeita o princípio da capacidade contributiva”, pois o transporte público urbano gratuito gera externalidades positivas — como redução de congestionamentos, diminuição da poluição e maior inclusão social — e, quando financiado por um tributo progressivo como o IPTU, respeita o princípio da capacidade contributiva ao distribuir a carga tributária de forma proporcional à renda e ao patrimônio. Além disso, a medida pode melhorar a eficiência alocativa ao ampliar o acesso ao serviço e reduzir barreiras econômicas ao seu uso, embora exija atenção para evitar problemas de</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
----------------------------------	--	-------------------	-------------------------

	<p>superlotação e sustentabilidade fiscal.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 36</p> <p>TIPO 2: 35</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “A RFB pode ajustar a base de cálculo de Alfa S/A para USD 80/unidade via método do preço comparável não controlado e o Brasil garante crédito do imposto pago na Alemanha sobre esse lucro ajustado”, pois as operações de exportação entre partes vinculadas estão sujeitas às regras de preços de transferência previstas na Lei nº 9.430/1996 e na IN RFB nº 1.312/2012. Nesse caso, o valor praticado (USD 50) está abaixo do valor de mercado entre empresas independentes (USD 80), permitindo que a Receita Federal do Brasil efetue ajuste para fins de IRPJ e CSLL utilizando, por exemplo, o</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>método do Preço Comparável Não Controlado (PCNC). De acordo com a Convenção Brasil-Alemanha para evitar a bitributação (Decreto nº 92.318/1985), o Brasil mantém o direito de tributar o lucro ajustado e deve conceder crédito do imposto pago na Alemanha sobre esse mesmo lucro, evitando a dupla tributação jurídica.</p> <p>Vale frisar que a questão contemplou os seguintes tópicos presentes no edital:</p> <p>Direito Tributário – Tributação internacional; preços de transferência; convenções internacionais para evitar a bitributação; competência tributária da União; princípios constitucionais tributários aplicáveis. Noções de Economia do Setor Público – Regulação econômica e políticas públicas regulatórias em contexto de comércio internacional. Direito Administrativo – Contratos administrativos envolvendo operações internacionais, princípios da Administração Pública aplicáveis à fiscalização e controle.</p>		
--	--	--	--

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 37 TIPO 2: 28	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “A retenção na fonte é um mecanismo de antecipação do pagamento do tributo, onde um agente desconta o valor devido e o repassa ao fisco, aplicando-se a diversos tributos como IRRF, CSLL, PIS/COFINS e INSS”, pois no sistema tributário brasileiro a retenção na fonte é utilizada para facilitar a arrecadação e garantir o ingresso do tributo aos cofres públicos, cabendo ao responsável tributário efetuar o desconto e o repasse. Esse mecanismo é aplicável a diferentes espécies tributárias, não se restringindo apenas ao Imposto de Renda, e não dispensa o contribuinte da obrigação de informar tais valores em sua declaração, quando exigido.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 40 TIPO 2: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “A criação do imposto sobre ativos digitais decorre de competência residual, e o empréstimo compulsório, de competência extraordinária, ambos previstos na CF/1988”, pois a Constituição Federal, no art. 154, I, confere à União competência residual para instituir novos impostos não previstos expressamente na Constituição, desde que mediante lei complementar, com base não cumulativa e sem fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos já existentes. Já o empréstimo compulsório, previsto no art. 148 da CF, pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, como em caso de calamidade pública, também mediante lei complementar. No caso</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>apresentado, ambos seguiram a forma legislativa adequada, sendo constitucionais quanto à competência e ao processo legislativo.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 43</p> <p>TIPO 2: 46</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve a contratação de serviços de Tecnologia da Informação por 24 meses, com cláusula de repactuação de preços, mas sem a exigência de garantia contratual, e solicita ao candidato identificar a alternativa correta.</p> <p>Ocorre que, conforme dispõe o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é facultativa, aplicando-se a obras, serviços e compras, e, quando prevista, deve observar o limite máximo de até 5% do valor do contrato (podendo chegar a 10% ou</p>	DEFERIDO	ANULADA

	<p>30% em casos excepcionais), não havendo previsão de percentual mínimo obrigatório para esse tipo de contratação.</p> <p>Assim, a questão, ao direcionar a resposta para um percentual mínimo ou induzir a entender que a ausência de garantia seria irregular, gera ambiguidade normativa e contraria o texto legal vigente. A ausência de garantia contratual, no caso descrito, não configura ilegalidade e tampouco afronta a Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica no processo licitatório.</p> <p>Diante disso, verifica-se que o enunciado não apresenta de forma inequívoca uma única resposta correta, permitindo interpretações distintas e plausíveis, o que fere o princípio da objetividade das provas objetivas e compromete a isonomia entre candidatos.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E QUESTÃO ANULADA.</p>		
--	--	--	--

<p>TIPO 1: 44 TIPO 2: 33</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve ato da Prefeitura que determina a suspensão imediata de perfis em redes sociais, sem prévia notificação ou possibilidade de defesa, em razão de críticas à administração pública.</p> <p>O núcleo central da narrativa enfatiza a ausência de notificação prévia e de oportunidade para defesa antes da imposição de medida restritiva. Esse elemento é característico da violação ao princípio do devido processo legal, em sua dimensão processual, que engloba o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal).</p> <p>Embora se possa argumentar que a medida também afronta outros princípios — como a legalidade ou a liberdade de expressão —, essas violações, no contexto da questão, são</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
----------------------------------	--	-------------------	-------------------------

	<p>reflexas e secundárias, não constituindo o foco principal exigido pela formulação da pergunta.</p> <p>O enunciado solicitou a identificação do princípio fundamental e direito constitucional “principalmente” violado, e a ausência de contraditório e de ampla defesa é o ponto central que justifica a escolha da alternativa C como a única correta.</p> <p>Doutrina e jurisprudência reforçam que, em casos de restrição de direitos, sem prévia defesa ou contraditório, a caracterização mais imediata é a violação ao devido processo legal, sendo outros princípios afetados de forma indireta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 46</p> <p>TIPO 2: 29</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A alternativa correta é “A responsabilidade solidária somente ocorre quando expressamente prevista em lei, aplicando-se, por exemplo, a sócios e administradores em casos de dissolução irregular de empresa”, pois, conforme o art. 124 do Código Tributário Nacional, a solidariedade tributária exige previsão legal expressa e pode decorrer de interesse comum na situação que constitua o fato gerador ou de disposição específica de lei. A jurisprudência do STJ e do STF também reconhece a responsabilidade solidária de sócios e administradores em hipóteses como a dissolução irregular da empresa (Súmula 435 do STJ), desde que comprovada a infração à lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque: a subsidiária pressupõe cobrança prévia ao devedor principal; na sucessão empresarial, o adquirente responde também pelos débitos anteriores, conforme arts. 133 e 133-A do CTN; a responsabilidade por sucessão não é sempre</p>		
--	---	--	--

	<p>solidária, podendo haver hipóteses de responsabilidade integral ou limitada; e a solidariedade não dispensa a notificação, pois é necessário que o coobrigado tenha ciência formal do lançamento.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 47 TIPO 2: 37</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “A imunidade tributária recíproca (Art. 150, VI, 'a', CF/88) veda a cobrança de impostos entre os entes federados, mas permite a instituição de taxas e contribuições de melhoria”, pois a imunidade recíproca prevista na Constituição impede que União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, mas não afasta a possibilidade de cobrança de taxas ou contribuições de melhoria,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>desde que respeitados os requisitos constitucionais e legais.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque: o princípio da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, “c”) se aplica a tributos de todas as esferas (federal, estadual e municipal), salvo exceções previstas na CF; a capacidade contributiva não exige progressividade em todos os casos, apenas quando compatível com a natureza do tributo; a vedação ao confisco não proíbe multas, mas impede que estas sejam desproporcionais; e a legalidade tributária exige lei em sentido formal, que pode ser ordinária ou complementar, dependendo da matéria, não sendo sempre obrigatória a lei complementar.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 49</p> <p>TIPO 2: 34</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “Preço de Ramsey”, pois esse modelo tarifário, originado da teoria econômica de Frank Ramsey, estabelece que o markup sobre o custo marginal deve ser inversamente proporcional à elasticidade-preço da demanda de cada grupo de consumidores. Dessa forma, usuários com menor sensibilidade ao preço (demanda mais inelástica) pagam uma sobretaxa maior, enquanto aqueles com maior sensibilidade (demanda mais elástica) pagam menos, permitindo a recuperação dos custos fixos totais com menor perda de bem-estar econômico.</p> <p>As demais alternativas não se aplicam porque: a tarifa binômia combina cobrança fixa e variável; a tarifa de bloco crescente eleva o preço conforme aumenta o consumo; o preço marginal puro cobra exatamente o custo marginal sem markup; e a tarifação por custo médio divide o custo total pelo</p>		
--	--	--	--

	<p>consumo total, sem discriminação pela elasticidade.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 50</p> <p>TIPO 2: 32</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “Os vícios de consentimento autorizam a anulação do negócio jurídico no prazo decadencial de 4 anos, cuja contagem varia conforme o tipo de vício, podendo iniciar da data em que cessar a coação ou da ciência do erro”, pois, segundo o art. 178 do Código Civil, o prazo para anular negócios jurídicos por erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores é decadencial de quatro anos. A contagem, entretanto, varia: na coação, conta-se do dia em que ela cessar; nos demais vícios, via de regra, da celebração do negócio, podendo, no caso de erro ou dolo, iniciar da ciência</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>do vício.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque: não se aplica prazo prescricional de 10 anos (A), vícios de consentimento geram nulidade relativa, sujeita a prazo decadencial (B), a contagem não é sempre da celebração do contrato (C) e o prazo não é de 5 anos como indicado (E).</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--